



Câmara Municipal da Lapa

ESTADO DO PARANÁ

— 616 —

PROJETO DE LEI Nº 18/67.

Súmula: Cria o Serviço autônomo de Água e Esgotos e dá outras providências.

A C Â M A R A M U N I C I P A L D E L A P A

D E C R É T A :

Art. 1º- Fica criado, como entidade autárquica Municipal, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE, com personalidade jurídica própria, sede e foro na cidade da Lapa, dispondo de autonomia econômica, financeira administrativa dentro dos limites da presente Lei.

Art. 2º- O SAAE atuará em todo o território do Município, competindo-lhe, com exclusividade, diretamente ou mediante contrato com a SANEPAR ou entidade especializada em Engenharia Sanitária:

a- estudar, projetar e executar as obras relativas a construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários Municipais;

b- atuar, como órgão coordenador, executor ou fiscalizador de execução dos convênios celebrados, para os fins do item a, entre o Município e Órgãos Federais ou Estaduais;

c- Operar, manter, conservar, e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários;

d- Lançar, fiscalizar e arrecadar as tarifas e taxas e dos serviços que prestar, bem como as contribuições de melhoria que incidirem sobre os imóveis beneficiados com tais serviços, por delegação do Poder Executivo.

Art. 3º- O SAAE será administrado por um Diretor, preferencialmente Engenheiro Civil ou Sanitarista, ou que tenha pelo menos grau médio de instrução nomeado pelo Prefeito Municipal.

§ 1º- Poderá a Prefeitura contratar a administração do SAAE com uma organização oficial especializada em Engenharia Sanitária.

§ 2º- Incumbe ao Diretor, ou no caso do parágrafo anterior, a organização administrativa, direção, administração, representar o SAAE ou promover-lhe a representação em juízo fora dele.

ART. 4º- O patrimônio inicial do SAAE será constituído de todos os bens móveis, imóveis, instalações, títulos, materiais e outros valores próprios do Município atualmente destinados e utilizados nos sistemas de água e esgotos sanitários, os quais lhe serão entregues sem qualquer onus ou compensações pecuniárias.

Art. 5º- A receita do SAAE será constituída dos seguintes recursos:

a- Do produto de quaisquer tributos e remunerações decorrentes diretamente dos seus serviços, tais como: tarifas de água e de esgotos, instalação, reparo, aferição, aluguel e conservação de hidrometros, ligações de água ou esgoto, multas, etc.

b- Do Fundo Municipal de Saneamento-FMS criado pela Lei nº de



Câmara Municipal da Lapa

ESTADO DO PARANÁ

— 10 —

c- Do produto da venda de materiais inservíveis e de alienação de bens patrimoniais que se tornarem desnecessários aos seus objetivos.

d - De recursos diversos.

§ 1º - O SAAE poderá realizar operações de crédito, para antecipação da receita ou para obtenção de recursos necessários a execução de obras, ampliação e remodelação dos seus serviços.

§ 2º - A entidade Financiadora poderá se constituir procuradora bastante e irrevogável do Município a critério do Poder Executivo, que, desde já fica autorizado para tanto, com o fim especial de receber, dos Governos da União e do Estado, as quotas dos Artigos 25 e/ou 26 da Constituição do Brasil, as quais recolherá aos cofres Municipais, após deduzir o que lhe couber a título de amortização, juros, comissões, taxas e outros encargos, eventualmente não pagos nos prazos contratuais.

Art. 6º - A classificação dos serviços, as tarifas respectivas e as condições para a sua concessão deverão ser estabelecidas em regulamento.

§ 1º - As tarifas de água e de esgoto serão fixadas pelo SAAE de modo que atendam no mínimo, a amortização do investimento efetuado, aos custos de operação e de manutenção e a constituição de reservas para reposições.

§ 2º - A fixação das tarifas deverá ser delegada a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, quando isso se torne necessário como condição de assistência técnica ou financeira por parte da mesma e (ou) a conta de recursos do FAE, bem como quando os servidores do Estado forem colocados à disposição do SAAE.

Art. 7º - Serão obrigatórios nos termos do Artigo 36 do Decreto Federal nº 49.954 - A de 21 de janeiro de 1961, os serviços de água e esgoto nos prédios considerados habitáveis e situados em logradouros dotados de rede,

Art. 8º - É vedado ao SAAE conceder isenção ou redução de tarifas dos seus serviços.

Art. 9º - O SAAE terá quadro próprio de empregados, os quais serão sujeitos, ao regime de emprego previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1º - Compete à administração do SAAE admitir, movimentar e dispensar seus empregados, de acordo com as normas a serem fixadas em Regimento Interno.

§ 2º - Aos Servidores Estaduais, colocados à disposição do SAAE sem ônus para o Estado, ficam assegurados os vencimentos e demais vantagens previstas em Lei Estadual.

Art. 10º - Aplicam-se ao SAAE todas as prerrogativas, isenções, favores fiscais e demais vantagens da alçada Municipal.

Art. 11º - Fica assegurado ao SAAE o direito de interromper o fornecimento de água aos usuários, quando os mesmos deixarem de efetuar os pagamentos de seus débitos após 30 dias do vencimento.

Art. 12º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir oportunamente o crédito especial necessário ao ocorrer as despesas com a instalação do SAAE.

Art. 13º - O Prefeito Municipal da Lapa regulamentará a presente Lei dentro do prazo de 60 dias a contar de sua publicação.

Art. 14º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as



Câmara Municipal da Lapa
ESTADO DO PARANÁ



Sala das Sessões da Câmara Municipal da Lapa em 21 de novembro de 1967.

Edilon M. Carneiro
Presidente

José A. Leonardi
1º secretário.

Registrado livro nº
fls. 110 e vers. 111 e vers. 112
Em Dezembro 1970



PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA
ESTADO DO PARANÁ

—(14)—

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, apresenta a Câmara Municipal da Lapa o seguinte:

ANTE-PROJETO DE LEI Nº 9/67 (187)

(Cria o Serviço Automo de Água e Esgotos e dá outras providências)

Art. 1º - Fica criado, como entidade autárquica Municipal, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, com personalidade jurídica própria, sede e foro na cidade de Lapa, dispondo de autonomia econômica, financeira e administrativa dentro dos limites da presente lei.

Art. 2º - O SAAE atuará em todo o território do Município, competindo-lhe, com exclusividade, diretamente ou mediante contrato com a SANEPAR ou entidade especializada em Engenharia Sanitária:

a - estudar, projetar e executar as obras relativas a construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários / Municipais;

b - atuar, como órgão coordenador, executor ou fiscalizador de execução dos convênios celebrados, para os fins / do item a, entre o Município e Órgãos Federais ou Estaduais;

c - Operar, manter, conservar e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários;

d) - Lançar, fiscalizar e arrecadar as tarifas e taxas e dos serviços que prestar, bem como as contribuições de melhoria que incidirem sobre os imóveis beneficiados com tais serviços, por delegação do Poder Executivo.

Art. 3º - O SAAE será administrado por um Diretor, preferencialmente Engenheiro Civil ou Sanitarista, ou que tenha pelo menos grau médio de instrução, nomeado pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - Poderá a Prefeitura contratar a administração do SAAE com uma organização oficial especializada em Engenharia Sanitária.

§ 2º - Incumbe ao Diretor, ou no caso do parágrafo anterior, a organização administrativa, digo, administradora, representar o SAAE ou promover-lhe a representação em juízo ou fora dele.

Art. 4º - O patrimônio inicial do SAAE será constituído de / todos os bens móveis, imóveis, instalações, títulos, materiais e outros valores próprios do Município atualmente / destinados e utilizados nos sistemas de água e esgotos sanitários, os quais lhe serão entregues sem qualquer onus / ou compensações pecuniárias.

Art. 5º - A receita do SAAE será constituída dos seguintes / recursos:

cont.



PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA
ESTADO DO PARANÁ

Fls. 2

continuação.

a - Do produto de quaisquer tributos e remunerações decorrentes diretamente dos seus serviços, tais como: tarifas de água e de esgotos, instalação, reparo, aferição, aluguel e conservação de hidrometros, ligações de água ou esgoto, multas, etc.

b - Do Fundo Municipal de Saneamento - FMS criado pela Lei nº de

c - Do produto da venda de materiais inservíveis e de alienação de bens patrimoniais que se tornarem desnecessários aos / seus objetivos.

d - De recursos diversos.

§ 1º - O SAAE poderá realizar operações de crédito, para antecipação da receita ou para obtenção de recursos necessários a execução de obras, ampliação e remodelação dos seus serviços.

§ 2º - A entidade Financiadora poderá se constituir procuradora bastante e irrevogável do Município a critério do Poder Executivo, que, desde já fica autorizado para tanto, com o fim especial de receber, dos Governos da União e do Estado, as / quotas dos artigos 15 e/ ou 20 da Constituição Federal, as / quais recolherá aos cofres Municipais, após deduzir o que lhe couber a título de amortização, juros, comissões, taxas e outros encargos, eventualmente não pagos nos prazos contratuais.

Art. 6º - A classificação dos serviços, as tarifas respectivas e as condições para a sua concessão deverão ser estabelecidas em regulamento.

§ 1º - As tarifas de água e de esgoto serão fixadas pelo SAAE de modo que atendam no mínimo, a amortização do investimento efetuado, aos custos de operação e de manutenção e a constituição de reservas para reposições.

§ 2º - A fixação das tarifas deverá ser delegada à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, quando isso se torne necessário como condição de assistência técnica ou financeira por parte da mesma e (ou) à conta de recursos do FAE, bem como quando servidores do Estado forem colocados à disposição do SAAE.

Art. 7º - Serão obrigatórios nos termos do Art. 36 do Decreto Federal nº 49.974 - A de 21 de janeiro de 1961, os serviços de água e esgoto nos prédios considerados habitáveis e situados em logradouros dotados de rede.

Art. 8º - É vedado ao SAAE conceder isenção ou redução de tarifa dos seus serviços.

Art. 9º - O SAAE terá quadro próprio de empregados, os quais serão sujeitos, ao regime de emprego previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1º - Compete à administração do SAAE admitir, movimentar e dispensar seus empregados, de acordo com as normas a serem fixadas em regimento interno.

§ 2º - Aos Servidores estaduais, colocados à disposição do SAAE sem onus para o Estado, ficam assegurados os vencimentos e demais vantagens previstas em Lei Estadual.

cont.

Art. 36 de Dec.
9.974-A
21-1-61
9.116-LEX



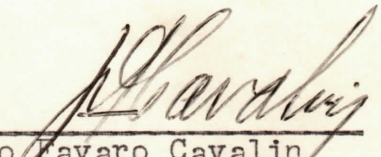
PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA
ESTADO DO PARANÁ

Fls. 3

continuação.

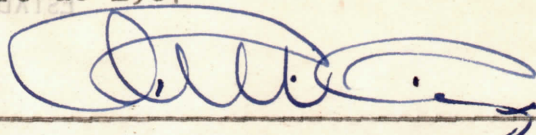
- Art. 10 - Aplicam-se ao SAAE tôdas as prerrogativas, isenções, favores fiscais e demais vantagens da alçada municipal.
- Art. 11 - Fica assegurado ao SAAE o direito de interromper o fornecimento de agua aos usuários, quando os mesmos deixarem de efetuar os pagamentos de seus débitos, após 30 dias do / vencimento.
- Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir oportuna - mente o crédito especial necessário ocorrer as despesas com a instalação do SAAE.
- Art. 13 - O Prefeito Municipal da Lapa regulamentará a presen - te Lei, dentro do prazo de 60 dias a contar de sua publicação.
- Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 1º de Setembro 1967.


Pedro Favaro Cavalin
Prefeito Municipal

Às Comissões de Legislação e Justiça e de Finanças, para, na ordem,
emitirem seus respectivos pareceres.
Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1967

continuação.


Odilon Montenegro Carneiro

Presidente

Art. 10 - Aplicar-se ao SAAE todas as prerrogativas, vantagens e demais vantagens da cidade municipal.
Art. 11 - Fica assegurado ao SAAE o direito de interromper o fornecimento de água aos usuários, quando os mesmos deixarem de efetuar os pagamentos de seus débitos, após 30 dias do vencimento.
Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos em nome e crédito cancelado necessário ocorrer as despesas com a instalação do SAAE.
Art. 13 - O Prefeito Municipal da Lapa regulamentará a prestação de água, dentro do prazo de 60 dias a contar de sua publicação.
Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 10 de setembro


Pedro Evaristo Cavallin
Prefeito Municipal

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, ao Ante Projeto de Lei n.º 9/67, de autoria do Poder Executivo, que Cria o Serviço Autônomo de Água e Esgôto:

Conforme verificamos na justificativa ao Ante Projeto de Lei n.º 9/68, a transferência dos serviços de abastecimento de água desta cidade, é uma imposição do DAE.

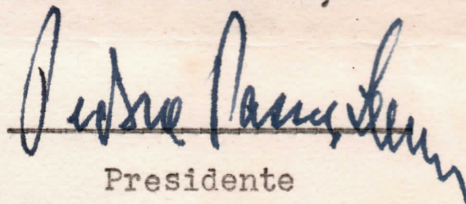
Essa transferência, parece-nos ser vantajosa, pois serviços dessa natureza devem ter sua administração junto ao povo que contribui para sua execução, afim de facilitar-lhe as eventuais reivindicações ou mesmo reclamações.

É, portanto de justiça.

Há, entretanto, uma alteração que, indispensavelmente, deve ser feita. É a substituição dos números dos artigos 15 e 20 da Constituição Federal, mencionados no parágrafo 2º do Art. 5º do referido Ante Projeto, pelas Artigos 25 e 26 da Constituição do Brasil.

Sem essa substituição, não poderia ser aprovada essa matéria, pois os artigos 15 e 20 da atual Constituição do Brasil, em nada se relacionam com os objetivos da mesma.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1967.


Presidente

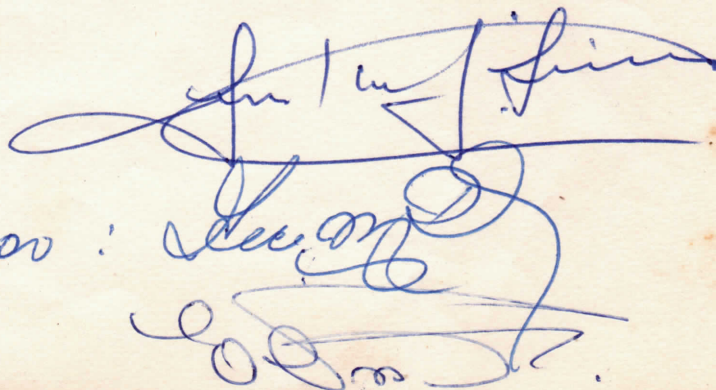

Relator

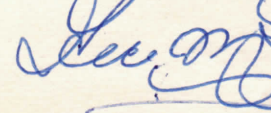

Membro

*Parceiros da Comissão de Orc.
Finanças e Tomada de Contas.*

*Somos favoráveis na aprovação
do Ante Projeto:*

Sala das Sessões em 15-11-67



De acordo: 




PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA
ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA AOS ANTE-PROJETOS DE LEI NRS. 8/67 e 9/67

Senhores Vereadores;

Com os documentos que tenho a honra de submeter a apreciação de Vs. Excias., estamos ultimando os preparativos para recebermos do Departamento de Água e Esgoto do Estado, a incumbência que nos cabe no setor do abastecimento de água da cidade. É uma cópia apenas, em forma de Ante-Projeto, os documentos em apreço. Na alínea b do Art. 5º do Ante-Projeto de Lei nr. 9/67 Vs. Excias. vão encontrar a falta da Lei que cria o Fundo Municipal de Saneamento. Isto porque a Lei que aí será mencionada, será a referente ao Ante-Projeto de Lei nr. 8/67; e, se estamos remetendo ambos juntos, é para / que a Câmara possa apreciá-los com toda a cautela habitual, sem prejuízo de tempo para serem sancionados até o fim do ano. Vs. Excias. estão cientes de que é uma imposição do D.A.E. a transferência destes serviços para a Prefeitura Municipal da Lapa e diante disto só nos resta trabalhá-los juntos para que a população não venha a ser sacrificada.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 2 de Setembro de 1967


Pedro Revaro Cavalin
Prefeito Municipal